

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.531 - SP (2019/0090969-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : J R DA S J (PRESO)
ADVOGADO : FABIANA CRISTINA DE MACEDO CAYRES - SP216357
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por J R DA S J, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, assim relatado (fl. 256):

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado por Fabiana Cristina de Macedo Cayres em favor de JOSÉ RIBAMAR DA SILVA JÚNIOR, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré.

Narra que o paciente foi preso em flagrante em 31 de agosto de 2018, acusado da prática de receptação, sendo-lhe concedida a liberdade provisória mediante recolhimento de fiança no valor de R\$ 3.000,00. Contudo, a autoridade apontada como coatora cassou a fiança arbitrada em sede policial, convertendo a prisão em preventiva por argumentação inidônea.

Postula, em sede de liminar, a revogação da segregação cautelar, com ou sem aplicação das medidas cautelares previstas pelo art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida (fls. 222/223), a autoridade judicial prestou informações (fls. 229/243) e a Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 246/250).

É o relatório.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 31/8/2018 pela prática do delito de receptação, a autoridade policial concedeu a liberdade provisória, mediante o recolhimento de fiança no valor de R\$ 3.000,00. Contudo, o Juízo de piso revogou a referida benesse, decretando a prisão preventiva do réu em 1/9/2018.

Impetrado *mandamus* perante a Corte local, denegou-se a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, que a prisão preventiva carece de motivação concreta, já que não estão presentes os requisitos do art. 312, do CPP.

Entende que seria possível a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso, concedendo-se a ordem do *writ* para revogar-se a prisão preventiva do recorrente, com ou sem a substituição por outras medidas cautelares.

A liminar foi indeferida (fls. 314-3146).

As informações foram prestadas (fls. 321-332).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo improvimento do recurso (fls. 334-337).

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa que não estão presentes, na espécie, os requisitos para a decretação da prisão preventiva, pugnando por sua revogação com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva está assim fundamentado (fls. 38-39):

Deve-se ressaltar que este não é o momento processual para a análise ampla da prova acerca da inocência ou culpa do requerente, mas se impõe consignar que **o indiciado foi preso na posse de grande quantidade de defensivos agrícolas roubados no dia anterior à prisão flagrancial**, assim, evidencia-se, de pronto a existência ao menos indícios de autoria que incriminam o indiciado pela prática do crime de receptação.

Por seu turno, **as circunstâncias em que ocorreram o crime patrimonial, em especial, o elevado valor da carga receptada, somada à reincidência do acusado (proc. 6852.52.2015 - 2ª Vara Criminal da comarca de Sumaré), e, ainda, em cotejo com a ausência de prova segura de ocupação lícita, indicam a periculosidade do agente e justificam a prisão cautelar do indiciado para a garantia da ordem pública, mormente porque não fará jus, em caso de condenação, ao regime aberto para cumprimento de pena.**

E ante esta periculosidade concreta e a gravidade do delito cometido com grave ameaça, gravidade esta que é agora prevista expressamente em lei como requisito para a avaliação da necessidade da medida (art. 282, II, do Código de Processo Penal), conclui-se que a prisão do indiciado não pode ser substituída por outras medidas cautelares, sendo insuficiente no caso dos autos a medida de fiança concedida pela autoridade policial.

Nestes termos, casso a fiança concedida pela autoridade policial e CONVERTO a prisão em flagrante de JOSE RIBAMAR DA SILVA JÚNIOR em prisão preventiva, expedindo-se mandado de prisão.

Como se verificou no exame da liminar, a decisão tem fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, pois evidencia a vivência delitiva do recorrente, ao apontar que *as circunstâncias em que ocorreram o crime patrimonial, em especial, o elevado valor da carga receptada, somada à reincidência do acusado (proc. 6852.52.2015 - 2ª Vara Criminal da comarca de Sumaré), e, ainda, em cotejo com a ausência de prova*

segura de ocupação lícita, indicam a periculosidade do agente e justificam a prisão cautelar.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator